

# POLÍTICA E CINEMA NA ERA DA BOA VIZINHANÇA (1933-1945)

## *POLICY AND CINEMA AT THE AGE OF THE GOOD NEIGHBOR (1933-1945)*

Isaias Albertin de MORAES<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise histórica da Política Externa de Boa Vizinhança para América Latina, particularmente no Brasil, e de sua principal instituição o Office of the coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), destacando sua divisão de cinema, a Motion Picture Division (MPD). Essas instituições são analisadas pelo enfoque teórico dos construtivistas modernistas-linguistas. Assim, o texto busca destacar a importância da construção de uma infraestrutura física, discursiva e humana com habilidade para selecionar, organizar, regular e redistribuir os discursos enunciados pela Política Externa de Boa Vizinhança no setor da indústria cinematográfica.

**Palavras-chave:** Política Externa de Boa Vizinhança; Office of the coordinator of Inter-American Affairs; Motion Picture Division.

**Abstract:** This paper presents a historical analysis of the Good Neighbor Policy for Latin America, particularly in Brazil, and its main institution the Office of the coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), focusing on its film department, the Motion Picture Division (MPD). These institutions are analyzed by the theoretical approach of modernist linguists constructivists. So this text sought to highlight the importance of building a physical infrastructure, discursive and human with the ability to select, organize, regulate and redistribute the speeches set out by the Good Neighbor Policy in the film industry sector.

**Keywords:** Good Neighbor Policy; Office of the coordinator of Inter-American Affairs; Motion Picture Division.

O artigo, na sua primeira parte, procurou operacionalizar, sucintamente, o conceito de política externa. Além disso, buscou relatar, brevemente, o nascimento da Política Externa de Boa Vizinhança, destacando-se os interesses externos dos Estados Unidos da América – EUA para Brasil, e como esses foram construídos, na época, pelas estruturas sociais, pelas instituições, pela natureza humana dos envolvidos e pela política doméstica.

Em sua segunda parte, o estudo salientou a criação do principal órgão encarregado da diplomacia cultural estadunidense no período, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs – OCIAA*, atendo-se, particularmente, na estruturação e na funcionalidade de sua divisão de cinema, a *Motion Picture Division – MPD*. Essas instituições foram analisadas pelo enfoque teórico dos construtivistas modernistas-linguistas. Essa opção, mormente a escolha dos autores pós-positivistas,

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Bolsista FAPERJ. E-mail: [isaiasalm@gmail.com](mailto:isaiasalm@gmail.com).

como Nicholas Onuf e Friedrich Kratochwil, deve-se em virtude de o paradigma inovar na discussão epistemológica das Relações Internacionais ao dar ênfase, pautado nos estudos filosóficos de Jürgen Habermas e Ludwig Wittgenstein, e nos sociológicos e linguísticos de Michael Foucault e Jacques Derrida, ao papel do discurso, das ideias compartilhadas e da cultura na formação da estrutura.

Ressalta-se que o artigo, como quase todas as pesquisas exploratórias, foi desenvolvido com o objetivo de proporcionar uma visão geral sobre determinada realidade. Houve, portanto, durante todo o texto, a aplicação de referências bibliográficas e históricas. Em um primeiro momento buscou consubstanciar o levantamento, a seleção, o fichamento e o arquivamento de informações relacionadas ao estudo. Posteriormente, adotou-se uma abordagem sistemática por meio da avaliação crítica dos dados bibliográficos e históricos, de fontes primárias e secundárias, tais como: livros, revistas, jornais, cartas, atas de reuniões, discursos, filmes, fotografias, anúncios publicitários, entre outros. O estudo intentou, nesta fase, realizar a triangulação de dados, objetivando, assim, uma análise histórica mais fidedigna dos acontecimentos vivenciados.

Por fim, o texto buscou destacar a importância da construção de uma infraestrutura física, discursiva e humana com habilidade para selecionar, organizar, regular e redistribuir os discursos enunciados pela Política Externa de Boa Vizinhança no setor da indústria cinematográfica.

### *Política Externa*

Para melhor percepção da Política Externa de Boa Vizinhança, o estudo ocupar-se-á, primeiramente, em expor, de forma concisa, o conceito de política externa.

A política externa, segundo Arenal (2007), é a formulação, a execução e a avaliação das opções externas que uma nação opta por conduzir suas relações com outras. Elucidação conceitual mais abrangente de política externa é oferecida por Letícia Pinheiro (2004). Para a autora, o conceito pode ser entendido como o conjunto de ações e decisões concretizadas a partir das oportunidades e das demandas dos atores internacionais. Essas, por sua vez, podem ser oriundas da natureza doméstica e/ou da internacional do ator internacional em relação a outros atores como: Estados, organizações internacionais, empresas transnacionais, entre outros.

Evidencia-se, portanto, que a política externa não é exclusivamente determinada pela simples interação entre os atores internacionais. Ela, na verdade, atua na fronteira

de dois ambientes – o interno e o externo. Robert Putnam (1998) definiu a característica doméstica e a internacional da política externa como um jogo de dois níveis (*two-level game*). No primeiro nível, estariam as instituições domésticas que buscam seus interesses, pressionando o segundo plano que é o Estado; este, por sua vez, busca conciliar a demanda interna aos objetivos internacionais.

Realçando o papel do indivíduo, na formulação da política externa, estão os teóricos pós-modernos/pós-estruturalistas, entre eles os construtivistas linguistas. A explanação conceitual de política externa elaborada por esses internacionalistas, destacando Richard K. Ashley (1984), Friedrich V. Kratochwil (1986), David Campbell (1998), Nicholas Onuf (1998) James Der Derian (1989), R.B.J Walker (1990) e Michael J. Shapiro (1988) – influenciados pelos estudos de Michel Foucault, de Jacques Derrida, de Roland Barthes e de Julia Kristeva – permite que se compreenda política externa como prática sociológica discursiva indispensável nos processos de composição entre Estado e identidade.

A política externa de uma nação, dessa maneira, segundo esses pensadores, é uma das responsáveis por concatenar, construir e conceber identidades individualizadas aos Estados, às organizações, às regiões, às diversas etnias do globo, inclusive a si próprio.

Segundo os teóricos construtivistas modernistas-linguistas, portanto, a política externa particulariza-se como um mecanismo de propagação da identidade nacional. A formação de similitudes, por meio das ideias, do discurso, dos estilos, dos sistemas simbólicos e dos valores compartilhados pela política externa de uma nação, entretanto, não é assentada somente nas relações com outros Estados. Ela é alicerçada também pelas forças de grupos políticos, econômicos e sociais presentes no cenário doméstico de um país ao longo de sua história.

[...] as ideias – entendidas mais genericamente como conhecimento coletivo institucionalizado em práticas – são o meio e o propulsor da ação social; definem os limites do que é cognitivamente possível ou impossível para os indivíduos. [...] O objetivo principal do construtivismo é, portanto, fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas de instituições sociais e da mudança social com o auxílio do efeito combinado de agentes e estruturas sociais (ADLER, 1999, p. 210).

Depreende-se que, para o Construtivismo modernista-linguista, a política externa de uma nação é resultado da heterogeneidade discursiva da sociedade, gerando a identidade coletiva do Estado, que opera em uma estrutura sistêmica e doméstica, sofrendo mudanças, revelando processos e provocando novas leituras dos seus

objetivos. Em suma, a política externa seria a linguagem do sistema internacional, no sentido de ser a prática social e política entre Estados (GONÇALVES, 2005).

### *Política Externa de Boa Vizinhança (1933-1945)*

O esboço de uma Política Externa de Boa Vizinhança para América Latina foi realizado na gestão republicana de Herbert Clark Hoover (1929-1933). A Crise de 1929, entretanto, fez com que Hoover e seus colaboradores adiassem os planos de cooperação com os latino-americanos e voltassem suas atenções para questões internas (SCHOULTZ, 2000).

A ideia de uma política externa conciliatória com a América Latina foi resgatada com a ascensão dos *new dealers* na gestão do democrata Franklin Delano Roosevelt. Executada durante toda a permanência de Roosevelt na Casa Branca, ou seja, de 1933 a 1945, a Política Externa de Boa Vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina naquele período.

No campo da política mundial, eu dedicarei esta nação à Política da Boa Vizinhança – uma vizinhança que resulte do respeito mútuo e, em virtude disso, respeite o direito dos outros – uma vizinhança que respeite suas obrigações e respeite a santidade dos seus acordos para com todos os seus vizinhos do mundo inteiro (DISCURSO de posse do Presidente Roosevelt, 4 de março de 1933, tradução nossa).<sup>1</sup>

As bases da Política Externa de Boa Vizinhança remontam ideais pan-americanistas, passando pelas propostas humanistas do ex-presidente estadunidense Thomas Woodrow Wilson (1913-1921). Roosevelt nutria singular admiração por Wilson, chegando, inclusive, a ocupar o cargo de Secretário Adjunto da Marinha em seu governo.

Ressalta-se que Roosevelt se interessou por política, aproximando-se dos preceitos que viriam a compor os ideários de Woodrow Wilson em política internacional e se afastando dos pensamentos de seu primo e ex-presidente, Theodore Roosevelt e de sua política do *big stick*, quando estava no centro educacional *Groton School* em Massachusetts (SCHOULTZ, 2000).

Escola de orientação religiosa, fundada pelo reverendo Endicott Peabody, a *Groton* era notoriamente conhecida pelos seus ensinamentos contrários aos valores do individualismo e do materialismo. As famílias que procuravam a *Groton* para matricularem seus filhos ansiavam, não somente por um preparatório para a vida

universitária, mas, sobretudo, por uma formação baseada em princípios morais e religiosos como: caridade, coletividade e ajuda aos pobres (GELLMAN,1995).

A heterogeneidade discursiva da Política Externa de Boa Vizinhança, desse modo, era formada, em grande medida, pela historicidade e pela substancialidade dos discursos assimilados por Roosevelt quando enunciados pela *Groton School* e pelos defensores das diretrizes wilsonianas das relações internacionais. A identidade de Roosevelt, portanto, condensava o abandono da prática intervencionista, que prevalecera nas relações dos EUA com a América Latina desde o final do século XIX, e a adoção de princípios cooperativistas e de ajuda mútua.

[...] o mundo inteiro agora sabe que os Estados Unidos não prezam ambições predatórias. Nós somos fortes, mas as nações menos poderosas sabem que não precisam temer a nossa força. Nós não almejamos a conquista; nós defendemos a paz. [...] As repúblicas americanas ao sul de nós foram sempre prontas a cooperarem com os Estados Unidos em uma base de igualdade e de respeito mútuo, mas antes de inaugurada a Política de Boa Vizinhança, havia entre eles ressentimentos e medos, porque certas Administrações em Washington haviam desprezado o seu orgulho nacional e os seus direitos soberanos (DISCURSO do Presidente Roosevelt realizado em Chautauqua, Nova York, em 14 de agosto de 1936, tradução nossa).<sup>2</sup>

Incentivar a solidariedade hemisférica, de forma a enfrentar a influência dos regimes nazifascistas e de consolidar os EUA como grande potência e como modelo a ser seguido, consistiam em uma das substanciais metas almejadas pela Política Externa da Boa Vizinhança para América Latina. Essa se apoiava em um esquema econômico que visava claramente o estabelecimento de um sistema continental pan-americano para anular um suposto sistema pangermânico para a região. Sendo assim, o tema de integração dos países americanos para resistir ao imperialismo europeu voltou a ter destaque na diplomacia estadunidense.

Após o *crash* da bolsa de Nova Iorque em 1929, o modelo de democracia capitalista liberal estava sendo constantemente questionado. O sucesso de Adolf Hitler e da gestão nazifascista de recuperar a economia e de desenvolver eficientes mecanismos de disciplina social atraíram a atenção de alguns militares e da sociedade civil latino-americana, que os viram como alternativas ao americanismo. Os apreciadores do modelo corporativista fascista que cercavam o general Agustín Pedro Justo, na Argentina, Jorge Eliecer Gaitán, na Colômbia e Getúlio Dorneles Vargas, no Brasil, preocupavam demasiadamente os círculos políticos e os militares nos EUA (HOBSBAWM, 1995).

A Política Externa de Boa Vizinhança possuía, assim, inicialmente, três objetivos: recuperar a economia estadunidense após a Crise de 1929, conter a crescente presença da Alemanha nazista no comércio com os países da região, especialmente com o Brasil e a Argentina e combater o considerável antiamericanismo na região. Os EUA compreenderam que deveriam agir com mais tática com seus vizinhos americanos. As intervenções militares e nas políticas internas, na verdade, prejudicavam o uso efetivo do poder político e econômico estadunidense na região, gerando o risco, inclusive, de empurrar os países latino-americanos para a esfera de influência alemã.

Segundo Peter Smith (2000), a Política de Boa Vizinhança proporcionou a concretude da promoção da ideia de supremacia dos EUA sobre a América Latina sem a necessidade de utilização de efetivo militar. O autor associa o surgimento da ideologia nazifascista na Europa como essencial para que os formuladores da política externa estadunidense renunciassem à política intervencionista e concebessem a edificação de uma identidade continental comum. Essa deveria enfatizar a unidade cultural, ideológica e política da região. Além disso, precisaria apresentar o *American Way of Life* como um modelo socioeconômico e político superior ao resto do globo, tentando construir, de certa maneira, um cordão de isolamento antifascismo.

A Política Externa de Boa Vizinhança buscou, dessa maneira, a formação discursiva enfocando a negociação diplomática, a colaboração econômica, militar e cultural com a meta de impedir a influência nazifascista na região, de manter a estabilidade política no continente e de estabelecer regimes de verdade, assegurando a liderança estadunidense no hemisfério ocidental. O discurso de cooperação comercial, de solidariedade continental – contra uma possível invasão europeia – e o assentamento de um sistema pan-americanismo deveriam ser reforçados (MORAES, 2012).

O mais nobre monumento à paz e à boa vizinhança econômica e à amizade social não é feito de bronze ou pedra – é a fronteira que une os Estados Unidos e o Canadá: mais de três mil milhas de amizade, sem arame farpado, canhão ou soldado, e sem passaporte ao longo de toda ela. É a confiança mútua que constrói esta fronteira. Estender esta mesma sorte de confiança por toda a América é o nosso objetivo (DISCURSO do Presidente Roosevelt realizado em Chautauqua, Nova York, em 14 de agosto de 1936, tradução nossa).<sup>3</sup>

A nova experiência sociopolítica vivenciada pelos EUA, após Crise de 1929, os estudos antropológicos de defesa do multiculturalismo, basicamente com Franz Boas (1930) e Margaret Mead (1937), em detrimento da perspectiva evolucionista e civilizatória de cultura, e a adoção do *New Deal* contribuíram para que estadunidenses e

latino-americanos se sentissem mais próximos, anelando a edificação de uma identidade positiva e que tendesse à cooperação mútua. Era necessário, todavia, criar laços de confiança, para tanto, os EUA souberam aproveitar as conferências continentais para preconizar seu novo discurso.

Na VII Conferência Pan-americana realizada em Montevideu – 1933, a delegação dos EUA, já atendendo aos princípios da Política de Boa Vizinhança, adotou um discurso conciliatório. As antigas reivindicações latino-americanas de não intervenção, que vinham sendo feitas desde a Conferência de Havana – 1928, foram aceitas. Dessa forma, o Secretário de Estado dos EUA, Cordell Hull, assinou a Convenção de Direitos e Deveres dos Estados, cujo artigo 8º estipulava que “nenhum Estado tem direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro” (GAMBINI, 1977, p. 47).

A emenda que mantinha Cuba como protetorado foi revogada em 1934, e, no mesmo ano, os *marines* estadunidenses retiraram-se do Haiti. Em 1936, tanto o Haiti quanto o Panamá deixaram de ser protetorados dos EUA. Em 1941, foi eliminado o controle estadunidense sobre as alfândegas da República Dominicana.

No âmbito da política de boa vizinhança [...]. Nós negociamos uma convenção Pan-americana consagrando o princípio da não intervenção. Abandonamos a Emenda Platt, que nos dava o direito de intervir nos assuntos internos da República de Cuba. Nós retiramos os *marines* americanos do Haiti. Nós assinamos um novo tratado, colocando as nossas relações com o Panamá em uma base mutuamente satisfatória. Temos realizado uma série de acordos comerciais com outros países da América, visando o lucro comercial mútuo (DISCURSO do Presidente Roosevelt realizado em Chautauqua, Nova York, em 14 de agosto de 1936, tradução nossa).<sup>4</sup>

Nesse período, houve mais quatro importantes Conferências hemisféricas: Buenos Aires (1936), Panamá (1939), Havana (1940) e Rio de Janeiro (1942). Analisando os enunciados e as questões debatidas nessas conferências, bem como os discursos proferidos por Roosevelt, torna-se evidente o processo gradual que os EUA atravessaram para adotar uma nova linguagem na sua política externa. Essa deveria passar uma imagem – para os demais países americanos – de menos belicosa que as anteriores, além de que a nova política externa deveria ser garantida pela consolidação de laços econômicos duradouros (MORAES, 2012).

A visão de mundo dos EUA e os valores tradicionais de sua política exterior foram sendo construídas paulatinamente em cada conferência que se realizava. A análise da substancialidade do discurso de duas personalidades, durante a Conferência do Rio de Janeiro de 1942, mostra-se pertinente como exemplificação.

A primeira é o Subsecretário de Estado estadunidense, Sumner Welles, que foi colega de Roosevelt na *Groton School*. Em discurso emotivo, carregado de moralismo religioso e amplamente divulgado pela imprensa brasileira, Sumner Welles apresenta a ameaça que o nazismo, caracterizado no enunciado pela figura de Hitler, representava para a cristandade e para a liberdade do continente.

Em um universo dominado por Hitler, nenhum de nós poderia negociar a não ser de acordo com os ditames de Hitler. Nenhum de nós poderia viver a não ser sob as ordens de um ‘gauleiter’ a nós designado por Hitler. Nenhum de nós poderia educar nossos filhos a não ser da maneira ditada por Hitler. Nenhum de nós poderia gozar do direito que Deus nos deu de pensar e falar livremente e de adorar Deus de acordo com os ditames da nossa consciência (DISCURSO do Subsecretário de Estado Sumner Welles proferido na 3ª Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro)

A segunda personalidade, cujo discurso é digno de reflexão, é o chanceler brasileiro Oswaldo Euclides de Sousa Aranha. Ex-embaixador do Brasil em Washington e Ministro das Relações Exteriores (1938-1944), Aranha gozava de alto prestígio nos EUA. O próprio Presidente Roosevelt mostrou apreço pela indicação do diplomata para o posto de Ministro das Relações Exteriores em 1938 (CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha, 1938.01.07 cp15).

Em pronunciamento, Aranha professa a mesma função-enunciativa de Sumner Welles. O chanceler brasileiro defende a cooperação continental, o respeito mútuo, o papel das ideias compartilhadas e da cultura na formação dessa estrutura pan-americana. O discurso de Aranha, também, enviesa para o caráter religioso e espiritual que une às Américas.

Nenhuma nação fez sua a vontade de outro povo, mas todas as nações da América hoje só têm uma vontade [...]. A união da vontade das nações não se alcança pela subordinação e sim através de um processo de persuasão e de evolução política, religiosa e espiritual [...]. Iniciamos a construção de uma estrutura econômica americana que atravessará os tempos [...]. Pela primeira vez todo um continente se declara unido para uma ação comum em defesa de um ideal comum, que é o de toda a América (DISCURSO do Chanceler Oswaldo Aranha no encerramento da 3ª Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro apud ECICLOPÉDIA Nosso Século, 1985, p. 96).

Infere-se que a construção discursiva do “outro”, neste caso o nazismo e o fascismo, como inimigo de Deus e, por consequência, inimigo da civilização cristã americana, incorporou um forte apelo de sedução para a Política Externa de Boa



Vizinhança. Alia-se a isso, a necessidade, dos EUA, de apresentarem o compartilhamento dos ideais de integração aos países do continente e a construção da identidade de uma só América, pronta para resistir ao imperialismo europeu.

#### *A criação do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA)*

Em 16 de agosto de 1940, o governo estadunidense criou, como uma de suas principais ferramentas da Política Externa de Boa Vizinhança, o *Office of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*. Em 30 de julho de 1941, tem seu nome mudado, com o *Executive Order* nº 8840, para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA)*.

Inicialmente o órgão objetivava somente garantir e ampliar as bases das relações comerciais entre as Américas. Posteriormente, o *OCIAA* ficou encarregado, entre outras tarefas, de regular, de desenvolver, de redistribuir, de organizar e de selecionar projetos de aproximação cultural coincidentes com o discurso enunciado pela Política Externa de Boa Vizinhança para a América Latina. Vinculado ao Conselho de Defesa Nacional dos EUA, o *OCIAA* tinha como diretor o empresário milionário estadunidense Nelson Aldrich Rockefeller, proprietário, entre outros bens, da *Standard Oil*.

O jornalista do *The New York Times*, James Reston, em um artigo publicado no jornal que ele representava, afirmou que os objetivos do *OCIAA* eram:

[...] persuadir a América Latina a cerrar fileiras com nossas forças em ações defensivas contra a ameaça alemã [...] convencê-las de que temos a resposta para as questões econômicas e militares [...] e acima de tudo convencer todos os latino-americanos de que a Política de Boa Vizinhança não é um expediente temporário para nos ajudar nessa dura tarefa, mas uma atitude sincera e permanente, exatamente o contrário de nossa “diplomacia do dólar” e do Destino Manifesto, no século XIX (RESTON apud TOTA, 2000, p. 186).

A estrutura do *OCIAA* contava com quatro seções: a de relações culturais, a de saúde, a de comunicações e a comercial-financeira. Cada uma se organizava em várias subdivisões, com autonomia de atuação, abrangendo comércio, finanças, assessoria econômica, transportes, agricultura, administração, educação, saúde pública, relações culturais e comunicação. O *OCIAA* atuava, ainda, em parceria com diversas fundações, não raramente, presididas por esposas de magnatas estadunidenses. O órgão buscava

incentivá-las, por meio de isenção fiscal, a realização de ações de filantropia e ajuda humanitária na América Latina (ROWLAND, 1947).

Os setores de relações culturais e comunicação contavam com subdivisões que tratavam de música, de cinema, de educação, de intercâmbios, de imprensa, de turismo, de literatura, de rádio, de esportes e de arte. A sua estrutura era extremamente complexa, com diversas subdivisões com sedes nas principais cidades dos EUA e na maioria dos países latino-americanos. Na época da guerra, a agência dispunha de uma estrutura multifacetada e que possuía capacidade de se adequar constantemente, dependendo da conjuntura (TOTA, 2000).

Embasado nos preceitos metodológicos da Análise do Discurso, empregados constantemente pelos teóricos construtivistas modernistas-linguistas, mormente nos estudos de Foucault, o *OCIAA* pode ser considerado um micropoder<sup>5</sup>, pois condensava e divulgava os propósitos de verdade de estratos da sociedade, em específico momento da história. O Presidente Roosevelt e seus principais formuladores da Política Externa de Boa Vizinhança, Cordell Hull, Sumner Welles e Rockefeller, objetivaram concentrar no órgão o papel de mediação entre o público e a realidade.

Segundo Onuf (1998), a construção linguística dos assuntos da agenda internacional pode ser considerada como um resultado de práticas discursivas que constituem os primados ontológicos, ou as unidades fundamentais da realidade e análise dessa vertente do Construtivismo. A premissa Construtivista de que a realidade internacional é uma construção social discursiva, logo não objetivamente dada ou exogenamente determinada, por consequência, questiona abertamente um dos principais pressupostos defendidos por prestigiadas teorias das Relações Internacionais, o de que o sistema internacional é naturalmente anárquico.

Para Onuf (1998), a sociedade internacional é, na verdade, heterônima, e não anárquica. O que se nota no cenário internacional é que os Estados que possuem identidades negativas, provavelmente, caminham para o balanceamento de poder, enquanto, aqueles com identidade positiva tendem a buscar a cooperação mútua.

É importante analisar, assim, que o processo de relacionamento social é contínuo e histórico, as identidades são positivas ou negativas e não são estáticas, com possibilidades de serem modificadas. A Política Externa de Boa Vizinhança é um exemplo de um processo histórico que modificou as identidades relacionais presentes entre os países latino-americanos e os EUA, saindo de uma posição negativa para um relacionamento positivo.

No Brasil, o *OCIAA* era dirigido por Berent Friele, assessor para assuntos internacionais de Rockefeller. A capital do país, Rio de Janeiro, e a cidade de São Paulo, em virtude de sua importância econômica, abrigavam um escritório do *OCIAA*. Outras capitais como Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre possuíam subcomitês de apoio (MOURA, 1988).

Para suas atividades, no Brasil, o *OCIAA* contava com o apoio da Embaixada dos EUA no Rio de Janeiro, de seus consulados nas diversas capitais, além da colaboração de um comitê de coordenação. Esse era composto por estadunidenses, entre eles importantes empresários, que residiam no país. As metas almejadas pela agência no país foram três: informação, saúde e alimentação. Para alcançá-las, o *OCIAA* lançou mãos do uso dos meios de comunicação, do investimento intensivo em publicidade e do fomento de uma estrutura assistencialista para a saúde e para a educação, especialmente na região nordeste, onde seriam instaladas as bases do exército estadunidenses.

O Brasil era considerado, pelos dirigentes do *OCIAA*, o foco primordial da região. Beren Friele, desse modo, buscava atuar sempre em consonância com o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP do governo de Getúlio Vargas. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), essa parceria se estreitou ainda mais. O *OCIAA*, nesse período, juntamente com o DIP, promoveu desde um intenso controle à imprensa e sua conversão para a exaltação dos valores estadunidenses, até a elaboração de cartilhas escolares e a obrigatoriedade do ensino do idioma inglês nas escolas.

Os EUA deveriam ser apresentados, segundo a visão de Rockefeller e de sua equipe, como um país possuidor do “segredo do progresso” e que estariam dispostos a compartilhar com seus vizinhos americanos. A função enunciativa, que compunha os discursos existentes nas transmissões de rádio, no cinema, nos projetos de saneamento, de saúde e nos programas econômicos, estava imbuída desse sentido paradigmático de que os EUA eram o modelo a ser seguido na região (TOTA, 2000, p. 180).

Por meio de programas radiofônicos (*Voz da América*, *O Brasil na Guerra*, *A Família Borges*, *Barão Eixo* e *O Repórter Esso*), das revistas, (*Time*, *Life*, *Em Guarda e Seleções Reader's Digest*), do cinema, dos anúncios publicitários, de centros culturais, tais como: o Instituto Brasil – EUA – IBEU e a União Cultural Brasil – EUA – UCBEU, o *OCIAA* atuava em resposta à diplomacia cultural nazifascista na América Latina.

O *OCIAA*, por meio de suas diferentes divisões, ficava encarregado de estipular uma ordem do discurso. Essa determinava o que era passível e o que não era de ser enunciado pelos sujeitos-autores da diplomacia cultural estadunidenses durante a

Política Externa de Boa Vizinhança. Os meios de comunicação, os centros culturais e educacionais e as próprias pessoas que os representavam divulgavam, portanto, somente informações positivas dos EUA e de sua política externa. Eles promoviam o pan-americanismo, o comércio e passavam uma imagem favorável das outras “repúblicas” americanas.

O diretor do *OCIAA*, Rockefeller, acreditava que o futuro dos investimentos nos países da região dependia da venda de dois itens: de produtos e do modo de vida estadunidense. O sucesso no setor econômico estava condicionado, portanto, ao êxito no campo ideológico (MORAES, 2012)

Com essa visão de Rockefeller, a América Latina foi o primeiro continente a receber institutos culturais dos EUA. Esses que surgiram, inicialmente, em razão dos esforços das pequenas comunidades de estadunidenses residentes na América Latina, logo passaram a receber apoio financeiro e logístico do governo dos EUA. Em 1946, havia 27 institutos culturais estadunidenses em todo o mundo, a grande maioria estava concentrada na América Latina e era um dos responsáveis pela propagação do discurso pan-americano (NINKOVICH, 1981).

Em seis anos de atividades, o *OCIAA* investiu cerca de 140 milhões de dólares, empregou 1.100 pessoas nos EUA, mais de 200 no exterior, além de contar com comitês de voluntários que davam suporte às suas ações em vinte países das Américas. Durante a Segunda Guerra Mundial, o órgão foi a principal agência governamental estadunidense a encomendar filmes nos EUA (ROWLAND, 1947, p. 08).

Evidencia-se que o resultado desse impacto cultural produzido pelo *OCIAA* na América Latina, mormente, no Brasil, obedeceu não somente a um planejamento cuidadoso, mas também foi parte integrante de uma estratégia mais ampla, que tinha como intenção garantir o alinhamento dos latino-americanos aos EUA, país que, naquele momento, 1940, procurava afirmar-se como grande potência e também se reposicionar no sistema internacional como novo centro de poder.

Infere-se que o *OCIAA* atuava como micropoder, condensando e divulgando os propósitos, os valores e as crenças intersubjetivas da Política Externa de Boa Vizinhança, tais como: a promoção da democracia, do sistema capitalista liberal, a eliminação do modelo político-econômico nazifascista, a contenção comercial da Alemanha, a expansão do livre mercado e a preservação da zona de influência estadunidense na região.

### *The Motion Picture Division (MPD)*

Em 1940, seguindo a política de empregar os mecanismos audiovisuais como instrumento educativo, o *OCIAA* instituiu sua repartição de cinema na Divisão de Comunicação, a *Motion Picture Division (MPD)*. O setor cinematográfico do *OCIAA* possuía dois escritórios, um em Washington, responsável pelas diretrizes políticas e pelas relações públicas da *MPD* com as demais agências governamentais, e outro, em Nova Iorque, que sustentava três seções executivas importantes: a de produção e adaptação, a de cinejornais e a de distribuição.

A *MPD* mantinha, ademais, uma representação fixa em Los Angeles. Essa era encarregada, entre outros afazeres, de aconselhar os produtores cinematográficos sobre os temas relacionados à América Latina, de informar o *OCIAA* sobre as atividades dos estúdios e de promover o uso de artistas latino-americanos em produções hollywoodianas (SADLER, 2013).

As principais atribuições da divisão de cinema eram: servir de elo entre o *OCIAA* e as indústrias cinematográficas, promover a produção interna de filmes (curtas e longas), de cinejornais sobre os EUA e as “outras Américas”, distribuir as películas para os países da região e combater o cinema produzido pelo Eixo, por meio de seus aglomerados cinematográficos como a *ITAFilm* – subsidiada pelo Ministério da Cultura Popular italiano, habitualmente chamado pelo termo "*Minculpop*", e a *Universum Film Aktien Gesellschaft – Ufa*, braço cinematográfico do Ministério Nacional para Esclarecimento do Povo e Propaganda Nazista (TOTA, 2000, p. 65).

Nesse intento de propagandear os vizinhos latino-americanos para a audiência dos EUA, a *MPD* fomentou escolas, igrejas, sindicatos e associações estadunidenses a veicularem produções sobre as demais repúblicas americanas. O *OCIAA* difundiu numerosos filmes, slides, fotografias e revistas sobre a América Latina nas cidades dos EUA. As películas e os documentários eram, majoritariamente, produzidos pela *Pan American Union*, *Office of Education* e *American Council on Education* (ROWLAND, 1947).

Percebe-se que os dirigentes do *OCIAA* vislumbravam o cinema como o meio de comunicação mais impactante para a divulgação da Política Externa de Boa Vizinhança. O emprego desse artifício cultural, contudo, deveria ser monitorado de perto pela *MPD*. Essa deveria assegurar que as produções cinematográficas não exteriorizassem enunciados destoantes dos princípios da nova política externa estadunidense e/ou construíssem imagens estereotipadas dos latino-americanos em suas películas.

A *MPD* mantinha, desse modo, um repertório de prescrições sobre a cultura das demais repúblicas americanas. Esse abrangia desde a importância de acolher as datas cívicas e religiosas dos países, passando pela organização de encontros científicos, o ensino do idioma português e espanhol. As determinações sempre sublinhavam a relevância do cinema para a formação discursiva da Política Externa de Boa Vizinhaça. Era imperativo, de acordo com os dirigentes do *OCIAA*, constituir um discurso único de comunidade americana.

Denota-se que os soldados culturais do pan-americanismo, nos EUA, possuíam a árdua missão de persuadir as nações da América Latina de que o *American Way of Life* não confrontaria valores basilares de sua cultura. Por outro lado, careciam de apresentar aos cidadãos estadunidenses os países latino-americanos e que, apesar das diferenças, eles não poderiam ser rotulados de primitivos, passionais, preguiçosos, supersticiosos e atrasados. Eles eram elementos imprescindíveis para o esforço de guerra e eram americanos também.

A preocupação na formação discursiva do conceito de americano pode ser constatada na análise dos enunciados instituídos nas documentações do *OCIAA*. Nessas, atenta-se para a precaução de se referir aos países ao sul do Rio Grande de “demais Repúblicas Americanas” e não de América Latina. Isso faculta o surgimento do “efeito espelho”, ou seja, quando o indivíduo visualiza outro “americano”, seja pessoalmente ou em películas, projeta seu reflexo nele, buscando similitudes e valores compartilhados. O efeito de verdade de pertencer a uma mesma América favorece, portanto, para o despontamento de uma identidade positiva, proporcionando, assim, possibilidades de cooperação mútua.

Salienta-se que o desvelo de não estereotipar os latino-americanos foi perseguido pelo primeiro dirigente da *MPD*, John Hay Whitney. Esse era também vice-presidente e diretor do *Museum of Modern Art of New York – MoMA*, sendo responsável pelo seu acervo cinematográfico, o *Museum of Modern Art Library*. A aproximação de Whitney com o *MoMa* possibilitou a celebração de um contrato com a *MPD*, em que foi garantido auxílio na catalogação, na edição, na exibição, na distribuição e na dublagem de películas não comerciais destinadas à América Latina, sobre a cultura e as características dos EUA (SADLIER, 2013)

Whitney, que era amigo de Rockefeller e que fazia parte da *Metro-Goldwyn-Mayer (MGM)*, conhecia diretores, artistas, roteiristas e financiadores, sendo, inclusive, um dos produtores do sucesso de bilheteria, “E o vento levou”. Isso contribuiu para que durante a sua gestão na *MPD*, de 1940 a 1944, o *OCIAA* usufruísse de trânsito livre em

*Hollywood*. Em 1944, Whitney foi substituído pelo também produtor cinematográfico, Francis Alstock (SADLIER, 2013).

Uma das principais medidas de Whitney, como diretor do *MPD*, foi de elaborar, em conjunto com pessoas chaves da indústria cinematográfica dos EUA, a criação de uma organização civil, com o propósito de trabalhar na divulgação da Política Externa de Boa Vizinhança por meio do cinema. Em março de 1941, surgia, dessa maneira, a *Motion Picture Society for the América – MPSA*, com sede na Califórnia.

A *MPSA* teve como diretores importantes personalidades do setor cinematográfico, tais como: Edward Arnold, Samuel J. Briskin, Frank Capra, Frank Freeman, Sheridan Gibney, Samuel Goldwyn, Louis B. Mayer, George Schaefer, David O. Selznick, Walter Wanger, Harry M. Warner e Clifford Work (MONTEIRO, 2011).

A intenção de Whitney era de articular forças com o meio artístico e com os executivos dos estúdios cinematográficos para conseguir, desse modo, fiscalizar os enunciados das produções e das veiculações das películas destinadas à América Latina. A *MPSA*, além disso, sugeria temas e abastecia financeiramente e, às vezes, até mesmo, fisicamente os estúdios cinematográficos para viabilizar a concepção dos filmes.

Essa junção e transferência de responsabilidades com a indústria de cinema proporcionava que a *MPD* operacionalizasse com menos recursos humanos quando comparada com a divisão de imprensa e de rádio do *OCIAA*. Em 1944, havia pouco mais de 40 pessoas trabalhando na *MPD* (ROWLAND, 1947).

A *MPD*, por meio de estímulos autorizados por Whitney, chegou a conceder móveis e equipamentos para a estruturação do escritório da *MPSA*. Essa instaurou seu próprio comitê para estimular produções e divulgações de curtas e filmes comerciais sobre temas latino-americanos. A comissão era presidida pelo advogado do grupo Disney, Gunther Lessing (MONTEIRO, 2011).

Lessing estabeleceu orientações primordiais, como a de que todas as películas destinadas à América Latina deveriam se atentar às seguintes regras: os créditos finais tinham de ser em espanhol e em português; a dublagem, quando em espanhol, deveria privilegiar um sotaque mais neutro, como o do Peru ou da Colômbia; as traduções dos títulos dos filmes necessitavam de favorecer os termos e os vocábulos próprios dos idiomas latinos; as produções financiadas pelo *OCIAA* teriam prioridade na edição e na inserção de legendas; e qualquer dúvida de como caracterizar o latino-americano nas produções a *MPD* deveria ser consultada (MONTEIRO, 2011).

Ressalta-se que as prescrições da *MPD*, grosso modo, eram para que os estúdios acentuassem a supremacia comercial e cultural dos EUA perante o resto do mundo. Em

relação à América Latina, os filmes necessitavam centralizar nas belezas culturais, na cordialidade e no potencial para o progresso da região. Os atores latino-americanos não deveriam ser tipificados como vilões ou bandidos nas películas, esses seriam os nazifascistas. Desse modo, aos poucos, os famosos foras da lei mexicanos, tão comuns nos filmes de faroeste, cederam lugar aos vilões nazistas. A sensualidade da mulher e a coragem, bem como a simpatia do homem latino-americano, foram enaltecidos (TOTA, 2000).

Seguindo as orientações do governo estadunidense, Gunther Lessing procurou enfatizar a necessidade dos produtores e dos diretores de realizarem visitas às nações da América Latina. As viagens deveriam visar à obtenção de mais conhecimento sobre a história, a cultura e os costumes dos povos, bem como garimpar talentos na região. Gunther Lessing, desse modo, criou uma comissão, no âmbito da *MPSA*, responsável por patrocinar e organizar excursões compostas por atores, diretores, produtores e outras personalidades, pelas demais repúblicas da América (CPDOC/FGV-RJ. Coleção Departamento de Estado. Documentos sobre a organização do OCIAA. IAA 41.08.31).

Para a materialização das viagens, a *MPSA* firmou acordos com a empresa área *Pan-American Airways*, bem como com agências de turismo e recebia, frequentemente, recursos financeiros do *OCIAA*. Por consequência dessas viagens, artistas latino-americanos começaram adquirir espaço nas produções hollywoodianas (MONTEIRO, 2011).

A necessidade de conhecer os vizinhos ao sul do Rio Grande estava presente no discurso dos principais elaboradores da Política Externa de Boa Vizinhança. Um de seus maiores defensores era o Subsecretário do Departamento de Estado, Sumner Welles. Esse afirmava:

[...] é mais um aspecto da política da boa-vizinhança que procurava relações políticas livres de suspeitas e mal-entendidos, relações econômicas que conduzissem a um comércio internacional saudável e relações culturais que levassem a uma apreciação mais ampla da cultura e civilização de outros povos. [...] sobrejacente a toda a estrutura complexa dos relacionamentos internacionais esta a necessidade básica de um real entendimento entre os povos. Nenhum problema específico pode ser resolvido de maneira permanente e satisfatória sem que haja um conhecimento e um entendimento agradável entre todos nós da vida nacional, das necessidades e das aspirações do próximo (WELLES in NINKOVICH, 1981, p. 24).

Entre os principais artistas financiados pelo *OCIAA* e que estiveram no Brasil estavam: Walt Elias Disney, Tyrone Power, Douglas Fairbanks Jr., Lana Turner, John



Ford, Genevieve Naylor, Jo Davidson e George Orson Welles. Eles foram convocados para atuarem como verdadeiros embaixadores da diplomacia cultural da Política Externa de Boa Vizinhança.

A *MPSA*, além de promover excursões pela América Latina, instaurou a Comissão de Gestores Estrangeiros dos Estúdios. Essa se encontrava semanalmente para debater as diretivas emitidas pelo *OCIAA* em relação às produções cinematográficas destinadas à América Latina. Faziam parte da comissão: Luigi Luraschi, representante da *Paramount*; Robert Vogel, da *MGM*; Addison Durland, da *Hays Office*; Harold Sugarman, da *Universal*; Eli Levy, da *Columbia*; Col. Jason Joy, *20th Fox*; Carl Schaefer, da *Warner Bros.*; William. Gordon, da *Radio-Keith-Orpheum Pictures (RKO)*; e Walter Goetz, da *Republic* (MONTEIRO, 2011).

Segundo documentos conservados no *Box 229* do *National Archives and Records Administration* e consultados, em Washington, por Monteiro (2011), a *MPSA* convidava para as reuniões semanais, usualmente, renomados representantes governamentais e do meio artístico da América Latina. A função deles era de relatar à comissão as impressões do público latino-americano em relação às películas produzidas pelos estúdios da *MPSA*.

Depreende-se que com a criação da *MPSA*, a partir dos incentivos de Whitney, a indústria cinematográfica estadunidense, simbolizada pelos principais estúdios, abraçou ativamente a diplomacia cultural da Política Externa de Boa Vizinhança e os preceitos do pan-americanismo. Por meio de pesquisa documental, Monteiro (2011) demonstra que os estúdios membros da sociedade chegaram a ter 4 mil pessoas estudando português e/ou espanhol, em um total de 25 mil trabalhadores.

A sedução da indústria cinematográfica estadunidense, por parte do *OCIAA*, ocorreu, em grande medida, em virtude de que a *MPD* buscou manter uma estrutura administrativa desvinculada do engessamento governamental. A divisão procurou passar a imagem de uma instituição independente, possibilitando, assim, um relacionamento mais dinâmico, corporativo e horizontal com os estúdios cinematográficos. A gestão não diretiva e hierarquizada da *MPD* visou tranquilizar os estúdios de uma possível interferência autoritária do Estado em suas produções.

A indústria de cinema vislumbrou, na Política Externa de Boa Vizinhança e nos incentivos da *MPD*, não somente um mecanismo para afrontar a diplomacia cultural realizada pelos nazifascistas, mas, também, uma oportunidade de fazer prosperar o seu mercado de distribuição. Esse havia diminuindo gradativamente em consequência da Crise de 1929 e da perda do circuito europeu durante a guerra. Segundo Gabler (2009),

as receitas provenientes da parceria com a *MPD* foram primordiais, por exemplo, para que os estúdios de Walt Disney mantivessem seus compromissos financeiros saldados durante a Segunda Guerra Mundial.

Os principais estúdios de cinema estadunidense encontraram, na América Latina, mercado garantido. O *OCIAA* colaborou efetivamente para a concretização desse mercado ao combater veementemente a distribuição e a veiculação dos produtos da indústria cinematográfica dos países do Eixo em toda América. Os filmes nazifascistas ou japoneses eram considerados materiais de propaganda de guerra. Destaca-se, que a intenção do *OCIAA*, portanto, não era somente a de rechaçar a propaganda inimiga, mas, também, angariar mercado para a produção estadunidense e difundir o *American Way of Life*.

Uma das providências que ilustra esse objetivo estadunidense foi o envio de 200 “caminhões cinemas” para alguns países da América Latina. Os veículos eram equipados com projetores e perfaziam os municípios do interior da região. A intenção era exibir produções vinculadas à Política Externa de Boa Vizinhança onde não havia cinema. O Brasil, que possuía, aproximadamente, 1.960 salas de exibição na época, não chegou a receber os caminhões, entretanto o país foi agraciado, como demonstra documentação do *OCIAA*, com 61 projetores 16 mm (ROWLAND, 1947, p. 77-81).

Nesse aspecto do uso do cinema, o pensamento de Foucault auxilia na compreensão da representação de um novo sujeito, seja esse individual ou internacional. Para Foucault (1969), a singularidade da densidade histórica possibilita aquilo que é passível de divulgar em uma determinada conjuntura. Os discursos, que revelam e omitem possíveis verdades, devem ser interpretados, portanto, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva capaz de estabelecer diferenças, similaridades, emoções, preconceitos e interesses.

O cinema, de acordo com esse entendimento, possibilita a modelagem de diretrizes predominantes e de valores inerentes ao contexto apresentando. A película, ao estabelecer padrões de certo ou errado, bom ou mal, moral ou imoral, sucesso ou derrota, forte ou fraco, entre outros, contribui para a construção do discernimento individual em relação aos outros, a si próprio e ao mundo.

Desse modo, o uso do cinema na Política Externa de Boa Vizinhança pode ser considerado uma das primeiras exportações de versões idealizadas do *American way of Life*, com o preciso escopo de influenciar audiências estrangeiras por meio da atração cultural. Essa capacidade de um país de atingir seus objetivos políticos por meio da influência de seus valores, cultura, costumes e política é considerada por Joseph S. Nye

Jr. (2004), como *soft power*. Enquanto o poder brando utiliza-se da persuasão e da atração, o autor define o *hard power* pelo uso da intimidação e da coerção militar e econômico de um Estado sobre o outro. Quando a política externa de uma nação consegue combinar os dois poderes de forma equilibrada e eficaz estaria aplicando o *smart power* (NYE, 2010; NOSSEL, 2004).

No Brasil, o OCIAA, além de usar a sedução cinematográfica, também empregou pressões econômicas e políticas contra possíveis simpatizantes nazifascistas. O órgão encetou uma perseguição constante a quaisquer espaços de projeção que divulgassem películas produzidas pelos países do Eixo. Até o cinema francês, durante a dominação nazista e a instituição da República de Vichy, foi restringido. A caça às salas, que exibiam filmes dos inimigos dos Aliados, era realizada pelo OCIAA, pelas missões da MPD, pelos consulados dos EUA e pelos diversos comitês voluntários, formados por cidadãos estadunidenses radicados no Brasil. Essa competência de fiscalização descentralizada gerou uma teia de interações, estabelecendo regras e atribuições não delimitadas, porém com significativa eficiência e amplitude (QUINTANEIRO, 2005).

O OCIAA elaborou a *Proclaimed List of Certain Blocked Nationals*, catalogando, assim, as empresas de distribuição e as salas de exibição que insistissem em negociar com os países do Eixo ou ocupados por eles. As companhias que figurassem na *Proclaimed List* estavam bloqueadas de realizar negociações comerciais de qualquer natureza com empresas estadunidenses (QUINTANEIRO, 2005).

A influência do OCIAA, por meio de suas representações no Brasil, alcançou tal magnitude que segundo Quintaneiro (2005), tornou-se praxe as distribuidoras brasileiras solicitarem orientações perante a Embaixada estadunidense, quando o filme em sua posse não fosse oriundo dos EUA.

Em 1941, o OCIAA, por meio da MPD, logrou sucesso ao inibir a propagação de produções cinematográficas do Eixo nas salas comerciais do Rio de Janeiro. O escopo, portanto, deveria ser o de expandir a política de pressões, de avisos e de sanções comerciais aos demais centros urbanos brasileiros. A região sul e a cidade de São Paulo adquiriram atenção especial em virtude da massiva presença de colonos alemães e italianos em seu território.

Em São Paulo, a colônia italiana era minimamente organizada, principalmente, em bairros como: Bixiga, Ipiranga, Bela Vista. Mooca e Santana. Nesses havia resistência ao avanço cultural estadunidense. O jornal da comunidade italiana paulistana, o *Fanfulla* fazia questão de destacar a programação dos cinemas que projetavam as produções distribuídas pela *ITALfilm*. Muitas das salas de exibição eram

de propriedade de imigrantes ou descendentes de italianos, destaque para: o cinema Ipyranga-Palácio, sob o comando de Manueto e Gregório; o Orion, de Rosatti e Cavalcanti Ltda.; o Rex, de Nicolau Taddeu; e o São Carlos, dos Irmãos Perruci (QUINTANEIRO, 2005).

Em Porto Alegre, o tradicional e, na época, o mais moderno cinema da cidade era o Vera Cruz. Seu proprietário era de ascendência italiana e persistiu na veiculação de produções da *ITAFilm*. O Cinema Vera Cruz sofreu severas ameaças e pressões do *OCIAA*. A sala chegou, inclusive, a ser depredada de forma anônima, fazendo com que seu dono cedesse e firmasse contratos com as companhias estadunidenses (QUINTANEIRO, 2005).

A significativa relutância das empresas de divulgação cinematográficas, tanto no sul quanto em São Paulo, de aderirem às normas e às diretrizes do *OCIAA*, deve-se, também, em grande parte, pela diplomacia cultural das Embaixadas alemã e italiana no Brasil. As duas instituições arquitetaram, nas regiões de maior presença de seus imigrantes, uma política de subsídios visando baratear os ingressos das salas que projetavam películas, documentários e noticiários das nações do Eixo (QUINTANEIRO, 2005).

O *OCIAA*, desse modo, encaminhou representantes da *MPD* aos principais centros urbanos brasileiros. Esses atuavam em consonância com as companhias cinematográficas estadunidenses, monitorando os proprietários de espaços de projeções. Era preciso manter as salas sobre pressão de serem elencadas na *Proclaimed List*, caso insistissem em propagandar os filmes oriundos dos territórios do Eixo. Não importava o conteúdo da película, mas sua procedência. Ocasionalmente, havia algumas exceções, basicamente, os filmes religiosos transmitidos durante os feriados católicos brasileiros (QUINTANEIRO, 2005).

As salas incluídas no *Proclaimed List*, raramente, conseguiam sobreviver no mercado. Imigrantes e descendentes de países pertencentes ao Eixo, que não se enquadravam nas regras estabelecidas pelo *OCIAA*, aos poucos, foram sendo expulsos do ramo de divulgação cinematográfico.

A *MPD* conseguiu com que os estúdios dos EUA, mormente os de *Hollywood*, ganhassem os espaços de divulgação no Brasil, que anteriormente eram dominados pela *ITAFilm* e pela *Ufa*. O *OCIAA* procurou sempre assegurar, ademais, que as produções estadunidenses contassem como bens prioritários para o transporte destinado a América Latina, incumbindo com o custo das cópias extras solicitadas pelas salas de projeções (QUINTANEIRO, 2005).

Verifica-se que o planejamento e a instrumentalização *do OCIAA*, por meio da sua divisão de cinema, a *MPD*, foram extremamente eficientes em harmonizarem interesses estatais e privados. Esse fato foi primordial para que a diplomacia cultural da Política Externa de Boa Vizinhança conseguisse divulgar as películas estadunidenses, no Brasil, combatendo, ao mesmo tempo, as produções procedentes dos países do Eixo.

### *Considerações finais*

O período histórico que corresponde à Política Externa de Boa Vizinhança (1933-1945), concomitantemente com suas ações diplomáticas culturais executadas pelo governo de Franklin Delano Roosevelt para a América Latina, sempre atraiu a atenção de historiadores, de cientistas políticos, de sociólogos, de comunicadores e de estudiosos da cultura em geral. Esse fascínio, constante e multidisciplinar, que o tema exerce é justificado, em grande medida, pelo fato de que, durante os doze anos de sua existência, a Política Externa de Boa Vizinhança obteve aceitação dentro dos EUA e nos países latino-americanos, logrando, portanto, significativos resultados.

Os articuladores da Política Externa de Boa Vizinhança tinham o escopo de abandonarem uma identidade negativa – construída por anos de intervenções militares e de pressões diplomáticas nas relações EUA-América Latina – para gerarem uma identidade positiva. Essa ao propagar o pan-americanismo e a diplomacia cultural visava à cooperação mútua contra uma ameaça externa compartilhada por todas as Américas, neste caso, os países nazifascistas.

Na elaboração desse sentimento pan-americano e na construção do inimigo externo comum, que apresentava uma ameaça, não somente aos valores estadunidenses, mas para todas as nações latino-americanas, os EUA fundaram instituições responsáveis pelo uso do cinema na diplomacia cultural com a América Latina.

As instituições encarregadas pela organização, pelo controle, pela regulação e pela emissão do discurso cinematográfico apregoado nos países latino-americanos foram a *OCIAA* e a sua repartição de cinema, a *MPD*. Percebeu-se que a sistematização, a gerência e a regulamentação do discurso, quando eficientes, conseguem estabelecer regimes de verdade.

Empenhou-se em demonstrar, ademais, que as ações de financiamento, as orientações e as diretrizes aos estúdios *hollywoodianos*, realizadas pelo *OCIAA* e pela *MPD*, bem como sua contrapropaganda nas investidas culturais dos países do Eixo na América Latina, particularmente no Brasil, foram eficazes em barrar o avanço da

influência ideológica e comercial nazifascista no país. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a indústria cinematográfica estadunidense possuía praticamente a hegemonia no mercado fílmico brasileiro.

É importante ressaltar, entretanto, que os produtos culturais, materiais e ideológicos produzidos pelos EUA não podem ser deslocados de certas condições de receptividade na sociedade brasileira como: esperança de bem-estar, procura por liberdades e igualdades, desigualdades sociais, fraquezas políticas e econômicas, ideais compartilhados, entre outros. O que havia no Brasil, desde a década de 1930, era o anseio da população em adotar um novo modo de vida capaz de proporcionar melhorias sociopolíticas expressivas, o antigo modelo europeu, representado pela França e pela Inglaterra, apresentava-se em desgaste.

Depreende-se que partir da Política Externa de Boa Vizinhança, a relação brasileira com os EUA se aprofundou significativamente. Essa, posteriormente, nunca chegou ser desfeita ou desmentida, mesmo a despeito de fases mais ou menos turbulentas na política externa dos EUA ou do Brasil. A ideologia do pan-americanismo, tão pregada no período da Segunda Guerra Mundial, só parece ter se esgotado com o fim da Guerra-Fria e a supressão da ameaça de revoluções comunistas na região.

## Referências

- ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, Rio de Janeiro, n.47, p. 201-246, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264451999000200011&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451999000200011&lang=pt). Acesso em: 05 mai. 2013.
- ARENAL, Celestino del. *Introduccion a las Relaciones Internacionales*. 4 ed. Madrid: Tecnos, 2007.
- ASHLEY, Richard K. The Poverty of Neo-Realism. *International Organization*, Massachusetts, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=00208183%28198421%2938%3A2%3C225%3ATPON%3E2.O.CO%3B2-Q>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BOAS, Franz. Anthropology. In: SELIGMAN, E. R. A.; JOHNSON, A. (Ed.). *Encyclopedia of Social Sciences*, v. 2. New York: Macmillan, 1930.
- CAMPBELL, D. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. *Arquivo Oswaldo Aranha, 1938.01.07 cp15*.  
\_\_\_\_\_. *Coleção Departamento de Estado. Documentos sobre a organização do OCIAA, IAA 41.08.31 e IAA 41.06.21*.

- DER DERIAN, James & SHAPIRO, Michael J. *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington: Lexington Books, 1989.
- ENCICLOPÉDIA: Nosso Século. v.6 (1930-1945 – A Era de Vargas). São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1985.
- FLEMING, Thomas. *The New Dealers' War: FDR and The War within World War II*. New York: Paperback, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FRANKLIN Delano Roosevelt Library. FDR Presidential Library. New York. Vídeo n. 266. Address at Chautauqua, N.Y (August 14, 1936). Disponível em: <http://archive.org/details/gov.fdr.266>. Acesso em: 25 jan. 2013
- GABLER, Neal. *Walt Disney: o Triunfo da Imaginação Americana*. São Paulo: Nosso Século Editora, 2009.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GELLMAN, Irwin F. *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull and Sumner Welles*. New York: Enigma Books, 1995.
- GONÇALVES, Marcela V. *A voz da identidade nacional: a Política Externa russa como prática dialógica excludente dos chechenos*. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: [www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/8604/8604\\_1.PDF](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/8604/8604_1.PDF). Acesso em: 27 ago. 2013.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRATOCHWIL, Friedrich V. & RUGGIE, John Gerard. International organization: a state of the art on an art of the State. *International Organization*, Massachusetts, v. 40, n. 4, p. 753-775, 1986. Disponível em: <http://www.rochelleterman.com/ir/node/54>. Acesso em: 17 set. 2013.
- MEAD, M. *Cooperation and competition among primitive peoples*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1937.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Arquivo Histórico do Itamaraty. Rio de Janeiro. *Diário das Sessões da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*.
- MONTEIRO, Érica Gomes D. Diplomacia Hollywoodiana: Estado, indústria cinematográfica e as relações interamericanas durante a II Guerra Mundial. *Revista História Social*, Campinas, v. 1, n. 20, p. 41-61, 2011. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/417>. Acesso em: 19 ago. 2013.
- MORAES, Isaias Albertin. Análise do discurso e o uso dos meios de comunicação na política externa de boa vizinhança. *Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 33, n. 2, p. 123-136, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/14200>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- NINKOVICH, Frank A. *The diplomacy of ideas – US foreign policy and cultural relations, 1938-1950*. London: Cambridge University Press, 1981.
- NOSSSEL, Suzanne. Smart Power. *Foreign Affairs*, Tampa – FL, 2004. Acesso em: 30 jan.2013. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/59716/suzanne-nossel/smart-power>.
- NYE, Jr., Joseph S. *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. USA: Public Affairs, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The Future of Power*. Washington, DC: PublicAffairs, 2010.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka et al. *International Relations in a constructed world*. New York: M.E.Sharpe, 1998.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Coleção Descobrendo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PRESIDENTIAL Speech Archive. Miller Center – University of Virginia. Virginia. *Franklin Roosevelt: First Inaugural Address (March 4, 1933)*. Disponível em: <http://millercenter.org/president/speeches>. Acesso em: 25 jan. 2013.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, Massachusetts, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782010000200010&script=sciarttext>. Acesso em: 14 jul. 2013.

QUINTANEIRO, Tania. Cinema e guerra: objetivos e estratégias da política estadunidense no Brasil. *Revista Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 41-69, 2005. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/041069%20tania%20quintaneiro.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

ROWLAND, Donald. W. *A History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Historical Reports on War Administration*. Washington, D.C: Government Printing Office, 1946.

SADLER, Darlene J. *Americans All: Good Neighbor Cultural Diplomacy in World War II*. Austin: University of Texas Press, 2012.

SCHOUTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: Edusc, 2000.

SHAPIRO, Michael J. *The Politics of Representation*. Madison, Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1988.

SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle. Dynamics of U.S. – Latin American Relation*. 2. ed. New York/Oxford: Oxford University Press, 2000.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. University of California. Santa Barbara. *Executive Order 8840 Establishing the Office of Coordinator of Inter-American Affairs. Franklin D. Roosevelt*. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16152>. Acesso em: 20 jun. 2013.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

WALKER, R.B.J. The Concept of Culture in the Theory of International Relations. In: CHAY, Jongsuk (Org.). *Culture and International Relations*. New York: Praeger Publishers, 1990.

## Notas

<sup>1</sup> In the field of world policy I would dedicate this Nation to the policy of the good neighbor—the neighbor who resolutely respects himself and, because he does so, respects the rights of others—the neighbor who respects his obligations and respects the sanctity of his agreements in and with a world of neighbors (Franklin Delano Roosevelt. First Inaugural Address, March 4, 1933). Ver: Presidential Speech Archive. Miller Center – University of Virginia. Franklin Roosevelt - First Inaugural Address (March 4, 1933). Disponível em: <http://millercenter.org/president/speeches>. Acesso em: 25 jan.2013.

<sup>2</sup> [...] the whole world now knows that the United States cherishes no predatory ambitions. We are strong; but less powerful Nations know that they need not fear our strength. We seek no conquest; we stand for peace. [...] The American Republics to the south of us have been ready always to cooperate with the United States on a basis of equality and mutual respect, but before we inaugurated the good-neighbor policy there were among them resentment and fear, because certain Administrations in Washington had slighted their national pride and their sovereign rights (Franklin Delano Roosevelt. Address at Chautauqua, N.Y. August 14, 1936). Ver: FDR Presidential Library – vídeo n. 266. Disponível em: <http://archive.org/details/gov.fdr.266>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>3</sup> The noblest monument to peace and to neighborly economic and social friendship in all the world is not a monument in bronze or stone, but the boundary which unites the United States and Canada—3,000



---

miles of friendship with no barbed wire, no gun or soldier, and no passport on the whole frontier. Mutual trust made that frontier. To extend the same sort of mutual trust throughout the Americas was our aim (Franklin Delano Roosevelt. Address at Chautauqua, N.Y. August 14, 1936). Ver: FDR Presidential Library – vídeo n. 266. Disponível em: <http://archive.org/details/gov.fdr.266>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>4</sup> In pursuance of the good-neighbor policy [...]. We have negotiated a Pan-American convention embodying the principle of non-intervention. We have abandoned the Platt Amendment which gave us the right to intervene in the internal affairs of the Republic of Cuba. We have withdrawn American marines from Haiti. We have signed a new treaty which places our relations with Panama on a mutually satisfactory basis. We have undertaken a series of trade agreements with other American countries to our mutual commercial profit (Franklin Delano Roosevelt. Address at Chautauqua, N.Y. August 14, 1936). Ver: FDR Presidential Library – vídeo n. 266. Disponível em: <http://archive.org/details/gov.fdr.266>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>5</sup> Michel Foucault apresenta sua teoria dos micropoderes na obra *L'Archéologie du Savoir* de 1969. O autor desloca a análise do poder centrada somente no Estado, como regulador da sociedade, e considera uma rede de micropoderes locais, familiares, regionais e centrífugos. Para Foucault, o poder está em todo espaço não por envolver tudo, mas por vir de todos os lugares, o poder é distribuído por complexas redes de relações sociais. A análise de poder, no olhar de Foucault, é tida como atividade social, historicamente estabelecida e com variadas estruturas de seu exercício na sociedade. Os meios de comunicação social são considerados um poder difuso, pois atuam pela persuasão e pela sedução (FOUCAULT, 1969).

Artigo recebido em: 31/08/2014. Aprovado em: 15/10/2014.